

PARECER N.º 53/PP/2012-P

CONCLUSÕES

- a) Os princípios gerais das incompatibilidades com o exercício da advocacia estão estabelecidos no art. 76.º do E.O.A., designadamente no n.º 2;
- b) No n.º 1 do art. 77.º do E.O.A. estão elencadas as incompatibilidades a título meramente exemplificativo;
- c) O exercício da advocacia é incompatível com a actividade de agente de jogador de futebol.

- I- Por correio electrónico datado de 19/11/2012, remetido ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, o Sr. Dr. (...), portador da cédula profissional n.º (...), apresentou pedido de parecer sobre a incompatibilidade do exercício da advocacia e a actividade de agente de jogadores de futebol.

Tratando-se inegavelmente de uma questão de carácter profissional, tem este Conselho Distrital competência para emitir parecer (alínea f) do n.º 1 do art. 50.º do Estatuto da Ordem dos Advogados).

- II- O art. 76.º do E.O.A. define os princípios gerais das incompatibilidades e impedimentos. O n.º 2 daquele preceito estabelece que ***“o exercício da advocacia é inconciliável com qualquer cargo, função ou actividade que possam afectar a isenção, a independência e a dignidade da profissão”***.

Trata-se da norma que define os princípios gerais das incompatibilidades e impedimentos. Neste caso concreto, estaremos eventualmente perante uma situação de incompatibilidade e não de impedimento. A incompatibilidade impede o exercício, em simultâneo, da advocacia com determinadas actividades. Por sua vez, o impedimento é uma incompatibilidade relativa que reduz a amplitude do exercício da advocacia. Atendendo, por exemplo, a uma determinada relação com o cliente ou o assunto, o impedimento não permite ao advogado a prática de actos profissionais, designadamente o mandato, num determinado caso concreto.

Em geral, o interesse da incompatibilidade é, além de proteger a isenção, independência e dignidade da profissão de advogado, prevenir situações de violação

do dever de segredo profissional (art. 87º), conflitos de interesses (art.94º) ou angariação de clientela pelo próprio ou interposta pessoa (alínea h) do n.º 2 do art. 85º). Por outro lado, um dos deveres do advogado é o de agir livre de qualquer pressão, especialmente a que resulte dos seus próprios interesses ou de influências exteriores (art. 84º).

O art. 77º do E.O.A. enuncia, a título meramente exemplificativo (“designadamente”), situações que consubstanciam incompatibilidades com o exercício da advocacia. Pelo que, outras situações haverá que, não configuram incompatibilidades.

- III- O n.º 1 do art. 37º da Lei n.º 5/2007, de 16/01, que aprova a Lei de Bases da actividade Física e do Desporto (LBAFD), define os agentes de jogadores (aí denominados empresários desportivos) como **“pessoas, singulares ou colectivas, que estando devidamente credenciadas, exerçam a actividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem”**.
- IV- Coloca-se a questão de saber se o exercício da actividade de agente de jogador de futebol põe em risco os interesses elencados no item II. Ou seja, se os motivos que levaram, o legislador a definir os princípios gerais, no art. 76º do E.O.A., se aplicam a esta actividade. Devendo ter presente as incompatibilidades previstas (a título exemplificativo), no art. 77º do E.O.A., designadamente da mediação imobiliária, com o exercício da advocacia.

Entendemos que sim. A actividade de agente de jogadores de futebol, tal como a imobiliária, por exemplo, consiste na obtenção, para terceiros, de interessados na celebração de contratos, fazendo as necessárias diligências para a celebração do contrato pretendido. No caso do agente de jogadores de futebol, acresce a possibilidade de representação do próprio cliente.

Ora, além da isenção e independência do advogado, a actividade de agente de jogador de futebol poderá afectar o seu dever de segredo profissional e ser potenciadora de conflitos de interesses. Mais: proporciona evidentes situações de **angariação de clientela**, pelo próprio advogado. Poderá, até, permitir a celebração de contratos, em

proveito próprio, sobre matéria confiada ao advogado (alínea d) do n.º 1 do art. 95º do E.O.A.).

V- Conclusão

- a) Os princípios gerais das incompatibilidades com o exercício da advocacia estão estabelecidos no art. 76º do E.O.A., designadamente no n.º 2;**
- b) No n.º 1 do art. 77º do E.O.A. estão elencadas as incompatibilidades a título meramente exemplificativo;**
- c) O exercício da advocacia é incompatível com a actividade de agente de jogador de futebol.**

Este é, salvo melhor opinião, o meu parecer.

À sessão

Maia, 13 de Novembro de 2013

O Relator

Rui Silva